



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011
BRASÍLIA/DF - 2012**

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

AUTARQUIA VINCULADA À CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, de 27 de outubro de 2010 e da DN TCU 108, de 24 de novembro de 2010, e orientações do órgão de controle interno.

Brasília/DF – 2012



Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República

Diretor-Presidente

Renato da Silveira Martini

Diretor de Infra-Estrutura de Chaves Públicas – DINFRA

Maurício Augusto Coelho

Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

Pedro Paulo Lemos Machado

Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração

Júlio César de Oliveira de Albuquerque Pereira

Procurador Chefe

André Pinto Garcia10



ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO GESTÃO INDIVIDUAL.....	7
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/210010.....	13
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	13
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	14
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	19
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade.....	19
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela Unidade.....	22
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	36
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	36
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	37
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	37
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas	38
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	38
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	39
2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da Unidade	39
2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação.....	39
2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	40
2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	41
2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação.....	42
2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação..	42
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	42
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas dos créditos recebidos por movimentação.....	42
2.4.7 Indicadores Institucionais.....	42
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	44
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	44
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	44
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	44
4.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	44
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	44
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	44
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	44
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.....	45
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UG	45
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade segundo a idade.....	46
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade segundo a escolaridade.....	46
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	47



5.3	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	47
5.4	DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE	47
5.5	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE	47
5.5.1	Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	47
5.5.2	Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	48
5.5.3	Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	48
5.5.4	Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	49
5.6	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	49
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	50
6.1	INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	50
6.2	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE.....	50
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	50
7.1	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	50
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	50
8.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	50
8.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	51
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	51
9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE.....	51
10		
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	53
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	53
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º108, DE 24/11/2010.	54
11.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	54
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	55
12.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	55
13.	PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	55
13.1	DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	55
13.1.1	Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	55
14.	PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	56
14.1	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UNIDADE.....	56



15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	56
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU	56
16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	57
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA	57
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	57
17.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	57

**Identificação de Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Casa Civil da Presidência da República		Código SIORG: 047388	
Identificação da Unidade			
Denominação completa: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação			
Denominação abreviada: ITI			
Código SIORG: 047388		Código LOA: 20204	Código SIAFI: 243001
Situação Operacional: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade Econômica: Administração Pública em geral			
Código CNAE: 8411600			
Telefones/Fax de contato:	(61) 3424-3850	(61) 3424-3897	Fax: (61) 3424-3910
Endereço Postal: SCN Quadra 02 Bloco E - CEP: 70712-905 – Brasília/DF – Brasil			
Endereço eletrônico: iti.gabinete@planalto.gov.br			
Página da Internet: http://www.iti.gov.br			
Normas relacionadas à Unidade			
Normas de criação, gestão e estrutura da Unidade			
<p>Criada por intermédio do Art. 12, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, inicialmente vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e posteriormente vinculado à Casa Civil da Presidência da República, através do Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, revogado pelo Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007. Sua estrutura está definida no Decreto nº 4.689, de 7 de maio de 2003.</p> <p>As Resoluções que tratam da gestão e estrutura da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira encontram-se disponíveis no site: http://www.iti.gov.br</p>			
Manuais e Publicações relacionadas às atividades da unidade			
Revista Digital – Ano 3			
nº 4 - 1º Semestre 2011 – Os 10 anos da fundação da ICP – Brasil e as novas perspectivas da Certificação Digital no País e			
nº 5 – 2º Semestre de 2011 - A certificação digital ICP - Brasil tem sido decisiva para a desmaterialização de documentos. Cada vez mais entidades públicas e privadas adotam processos eletrônicos, eliminam o uso excessivo de insumos e contribuem para a economia verde. O desenvolvimento sustentável é tema da Rio+20, evento da ONU que será realizado no Rio de Janeiro em 2012.			
O conteúdo das revistas encontra-se disponível no site:			
http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/CarilhasCd .			
O Instituto promoveu, com o apoio de parceiros e outra entidades governamentais, os seguintes eventos para divulgação dos benefícios da Certificação Digital ICP - Brasil:			
9º CertForum – Etapas:			
Recife/PE – 14 de abril de 2011			
Florianópolis/SC – 12 de maio de 2011			
Rio de Janeiro/RJ – 10 de agosto de 2011 e			
Brasília/DF – 21 de setembro de 2011.			



O ITI participou dos seguintes eventos no País e no exterior:

- **Reunião com a Serasa, em São Paulo** sobre a **Solenidade de Comemoração da Expedição de 1 milhão de Certificados Digitais ICP - Brasil** emitidos por aquela AC.
- **Reunião com o Presidente da AC/RS**, em Porto Alegre, no dia 28/02/2011.
- **Reunião com o Presidente do Banrisul**, no dia 01/03/2011.
- **Reunião com o Diretor-Presidente da PROCERGS**, no dia 02/03/2011.
- **Reunião com o Reitor da UFSC**, no dia 02/03/2011.
- **Participação na defesa de tese de mestrado LabSec/UFSC sobre "Gestão de Políticas e de Algoritmos Criptográficos da Integração"**, em Florianópolis no dia 03/03/2011.
- **Visita às instalações da Sala Cofre para tratar do uso da sala como back-up da AC Raiz**, em Florianópolis, no dia 04/03/2011.
- **Reunião com representantes do Projeto Mercosul Digital** para debater o investimento de 2,4 milhões Euros do projeto para incentivar a formação de Autoridade Certificadora Raiz no Paraguai, Autoridade Certificadora de 1o. nível no Uruguai, infraestrutura complementar para a ICP Argentina e infraestrutura de Carimbo de Tempo (*time stamp*) para Argentina e Uruguai. Em Brasília, no dia 23/03/2011.
- **Reunião com Caixa Econômica Federal** para discutir as estratégias para a entrada do Conectividade Social na ICP - Brasil, em Brasília, no dia 31/03/2011.
- **Cerimônia de Inauguração da Sala Cofre da ICP – Brasil (contingência)** no dia 11/05/2011 – Florianópolis, cuja instalação foi fruto de acordo de cooperação firmado entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), viabilizando assim o compartilhamento do conhecimento voltado para a certificação digital.
- **1º Evento Internacional de Governo Eletrônico no Uruguai**, realizado nos dias 3 e 4/05/2011 na capital Montevideu. O evento, promovido pela [AGESIC](#) (Age10ncia de Gobierno Electrónico y la Sociedade de la Información) contou com mais 40 representantes internacionais. Destaque para a participação do Presidente do Uruguai, Jose Mujica, que falou sobre a importância do evento durante a cerimônia de abertura. A primeira palestra sobre Governo Eletrônico, proferida pelo representante do ITI, destacou os principais *cases* que utilizam certificação digital em aplicações no Brasil. Foram abordados temas como o Registro de Identidade Civil (RIC), as aplicações da Receita Federal e o próprio Conectividade Social da Caixa Econômica Federal (CEF). O Uruguai recém implantou a sua ICP e há pouco inauguraram a própria Assinatura do Certificado da Autoridade Certificadora - Raiz (AC - Raiz).
- **XXIII Fórum de TIC, realizado no Ministério da Previdência Social**, no dia 24/05/2011, em Brasília. A Dataprev informou que está em processo de expansão do acesso dos empregados à ferramenta. Desde 2009, existe um projeto para aquisição de 3.925 certificados digitais para seus funcionários. Em um primeiro momento, apenas os gerentes que lidam com o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) ganharam o certificado digital e o *token*, cedidos pelo Ministério do Planejamento, agora a ferramenta será concedida aos demais.
- **4º Fórum Internacional de TI Banrisul**, realizado nos 10 dias 31/05 a 01/06/2011, em Porto Alegre. No primeiro dia foi tratado o tema “Redes Sociais e Mobilidade - Negócios com Segurança”. Representante do ITI participou do painel “O Brasil em guerra contra as ameaças eletrônicas”, abordando a importância de ferramentas de segurança, como a certificação digital, no mundo inseguro e aparentemente anônimo em que o *cyber-cidadão* navega. O painel contou também com a presença de representante do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro e do Chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, sendo mediado pelo Delegado da Polícia Civil e



titular da Delegacia de Repressão aos Crimes Informáticos. O evento contou com a presença de 1,5 mil pessoas, entre executivos, estudantes e público em geral. Especialistas nacionais e internacionais debateram o uso das redes sociais e seus impactos nas mudanças comportamentais, questões de segurança, vinculação com o mundo corporativo, em especial no sistema financeiro.

- **Participação no processo preparatório para a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável** e reunião preparatória para o **Seminário Regional de Economia Verde do Centro Oeste Brasileiro**, realizada em 06/06/2011. Trata-se de momento propício para inserção do tema da certificação digital como viabilizador de ações que reduzem o consumo de madeira e água – elementos básicos para a formação de reservas de desmatamento para produção de papel. O **Seminário Regional de Economia Verde do Centro Oeste Brasileiro** teve por objetivo preparar os temas que repercutirão depois na Conferência. A proposta é realizar 6 seminários, nas seguintes regiões: Amazônia Ocidental (Manaus), Amazônia Oriental (Belém), Nordeste (Recife), Centro-Oeste (Brasília), Sudeste (Belo Horizonte) e Sul (Curitiba). Um dos conceitos que ganham força no debate sobre desenvolvimento sustentável é da Economia Verde (*Green Economy*). Trata-se da busca de alternativas que aliam progresso econômico, respeito ao meio ambiente e bem estar social. Considera-se que a desmaterialização de processos, com o uso das TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e a segurança que a certificação oferece, seja um caminho a ser analisado, debatido e incentivado ao máximo.

- **ITI participa de palestra para grupo de trabalho do CDES**: Representante do ITI palestrou no dia 08/06/2011 para o grupo de trabalho de Educação Profissional e Ciência, Tecnologia e Inovação. O grupo é parte integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES). A proposta é incentivar o debate sobre a desmaterialização de processos e o uso da certificação digital para dar agilidade aos tramites feitos dentro do Estado ou entre o ente federativo e a sociedade. O CDES tem por objetivo assessorar a Presidência da República na idealização de diretrizes, qualificar propostas de políticas públicas e colaborar na formação do juízo político do Governo, como instituição representativa da sociedade.

- **Reunião com representantes da Casa da Moeda** para discussão de assuntos relacionados à fabricação de cartões inteligentes pra o RIC – Registro Único de Identidade Civil, no dia 19.05.2011, no Rio de Janeiro.

- **5a. Reunião Ordinária do Comitê Técnico de Auditoria da Presidência da República**, na condição de membro do CTA/PR – dias 16 e 17/06/2011, cidade de 10Natal/RN.

- **Encontro na sede da APP – Associação dos Profissionais de Propaganda**, para tratar da ideia de aprofundamento da campanha para diminuição do uso de impressões em papel com apoio da entidade, junto aos estudantes de publicidade do Brasil, no dia 27/06/2011, em São Paulo.

- **Participação no ID WORLD 2011**, evento internacional sobre biometria e tecnologias de cartões inteligentes, além de primeiro evento mundial em matéria de inovação em TIC na América do Sul, nos dias 21 e 22 de junho, no Rio de Janeiro/RJ. O evento reuniu as maiores autoridades em segurança da identificação. Participaram do evento representantes do governo da Argentina, da Comissão Europeia e do NIST (*National Institute of Standards and Technology*) dos Estados Unidos.

- **Reunião ordinária da Subcomissão de Auditoria de TI, palestra na FEBRABAN sobre "Fraudes documentais X Certificação Digital"**. São Paulo – 28/07/2011.

- **Reunião no INMETRO-Xerém/RJ e visita aos laboratórios de elétrica e telecomunicações** em 09/08/2011, -

- **Cerimônia de abertura do 9º Certforum/RJ** – em 10/08/2011 e **homenagem dos 10 anos da ICP-Brasil** – em 11 de agosto - **Workshop RIC 2011** – Rio de Janeiro.



- **Workshop técnico do Assinador de Referência**, onde foi apresentada a Ferramenta de Geração de Políticas de Assinatura (Pas) e Lista de Políticas Aprovadas (LPAs), nos dias 15 e 16 de setembro/2011 no LabSEC/UFSC, em Florianópolis (SC).

- **VIII Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos - ICCYBER 2011**, em Florianópolis – SC, no período de 05 a 07/10/2011. Evento internacional com foco em segurança da informação e crimes cibernéticos, realizado pela Associação Brasileira de Especialista em Alta Tecnologia - ABEAT com o apoio da Polícia Federal e da Fundação d10e Apoio ao Ensino e Pesquisa da Polícia Federal.

- **2º Seminário Nacional dos Diálogos Nacionais sobre Economia Verde** realizado em São Paulo nos dias 17 e 18 de outubro/2011. O evento faz parte da estratégia global da *Green Economy Coalition* - GEC, parceiro do Vitae Civilis, no sentido de acelerar a transição para uma economia verde e inclusiva. Estreitar as relações entre os mais diversos setores da sociedade, dar amplitude ao conceito de Economia Verde, criar uma agenda essencial e inclusiva sobre desenvolvimento sustentável e influenciar atores sociais, privados e públicos e incentivar a criação de políticas públicas nacionais e internacionais acerca do tema. Esses são os principais objetivos dos “Diálogos Nacionais rumo à Rio+20”, iniciativa que tem realizado seminários regionais no intuito de consolidar uma rede de participantes que possam colaborar com propostas temáticas e contribuições para a construção de uma visão nacional. A presença do ITI constituiu uma ótima oportunidade para divulgar as iniciativas que têm alcançado sucesso e contribuído, mediante a desmaterialização de processos, para o estabelecimento de uma verdadeira Economia Verde.

- **Reunião com Diretor Técnico da ABNT**, responsável pelas comissões vinculadas ao JTC 1, dia 18 de outubro/2011 - Centro de Exposição Imigrantes – Rodovia dos Imigrante, km 1,5 - São Paulo.

- **Congresso Latino Americano de Auditoria de TI, Segurança da Informação e Governança e XVI Simpósio de Direito Notarial** - O presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) realizou palestra sobre os aspectos tecnológicos e jurídicos da desmaterialização de documentos durante o XVI Simpósio de Direito Notarial, ocorrido em São Paulo, no período de 19 a 23/10/2011. O evento é uma iniciativa do Conselho Notarial do Brasil – seção São Paulo (CNB/SP) e do Conselho Federal (CNB-CF) e reuniu notários de todo o País além de membros da academia jurídica e autoridades públicas, dentre elas, o ministro da Justiça.

A ênfase ficou por conta da segurança e confiabilidade da assinatura eletrônica na migração do documento em papel para o meio digital como elementos que trazem celeridade e perenidade aos processos. O notário tem a capacidade de colaborar na disseminação do uso do documento eletrônico, tornando-se assim um importante aliado do Governo Federal para a desmaterialização de processos e redução de custos e impactos ambientais. Destacou-se ainda o padrão 10de assinatura digital, hoje adotado por grandes entidades do poder público, como o Banco Central, no Sistema de Pagamento Brasileiro e no contrato do câmbio.

- **Encontro Nacional de Tecnologia da Informação** - Gestores municipais, usuários de soluções de Tecnologia da Informação (TI) e desenvolvedores de serviços do Portal do Software Público (SPB) estiveram reunidos em Brasília no período de 25 a 27/10/2011 para o Encontro Nacional de Tecnologia da Informação. O evento é fruto de uma parceria entre os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Comunicações, Cidades, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI) e Telebras. O presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), participou do painel de abertura do encontro, denominado “O Cenário da Tecnologia da Informação e Comunicação como um componente Estratégico nas Organizações”, juntamente com o secretário de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), o presidente da Cobra Tecnologia, a secretária de Gestão do Ministério do



Planejamento, o presidente da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP) e o presidente do Centro de Tecnologia da Informação (CTI).

- **“VI Conferência sobre Tecnologia e Segurança na América Latina”**, realizada nos dias 03 e 04 de novembro/2011, na cidade do Panamá. A Conferência organizada pela Casa da Moeda da Espanha, reuniu cerca de 11 países da América Latina e tratou de questões de identificação, identificação eletrônica, passaportes eletrônicos, assinaturas eletrônicas e outros temas correlatos. Realizou-se ainda Reunião com a Polícia Nacional da Espanha, Embaixada da Espanha, da qual participaram também autoridades do Panamá.

- **II Seminário de Defesa Cibernética** - Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas de Estado que viabilizem o enfrentamento de ameaças cibernéticas no campo tecnológico, o Ministério da Defesa realizou o II Seminário de Defesa Cibernética. O evento, aconteceu entre os dias 8 e 11 de novembro /2011 no Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, em Brasília-DF, e foi direcionado a especialistas das áreas de segurança e tecnologia da informação, contando com cerca de 500 inscritos. O diretor-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), participou da mesa de debates realizada no segundo dia do evento sobre o tema “Segurança Cibernética do Estado Brasileiro”, apresentado em conjunto com o diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o chefe da Divisão da Sociedade da Informação do Ministério das Relações Exteriores, e o diretor do Departamento de Serviços de Redes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- **XIII Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro** - dias 16 a 19 de novembro/2011, em Maceió/AL. O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) esteve entre as instituições convidadas para o XIII Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro, evento organizado pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado de Alagoas (Anoreg-AL). O ITI participou do painel “Certificação Digital e o Documento Eletrônico” e destacou a importância dos atos eletrônicos ganharem espaço na tramitação dos cartórios brasileiros subsidiados pela tecnologia da certificação digital ICP - Brasil. Baseado na Lei nº 11.977/09, artigo 37, que dispõe sobre o Livro de Registro Eletrônico e na Lei nº 11.419/06, que trata do processo eletrônico, é possível afirmar que a ICP - Brasil é convergente com a atividade dos notários e registradores no País.

- **Congresso, Exposição e Premiação de Líderes e Profissionais de Segurança da Informação e Risco - Security Leaders 2011**, nos dias 23 e 24 de novembro/2011, em São Paulo.

- **ICMedia Open Issues e WIFS'2011** realizado em Foz do Iguaçu, de 29/11 a 02/12. O evento é fase preparatória de prospecção de Temas para a **I Conferência Internacional de Ciência Forenses em Multimídia e Segurança Eletrônica**. O **WIFS'2011** é um dos principais eventos internacionais realizados pelo *Information Forensics and Security Technical Committee (IFS TC)*, um dos diversos comitês técnicos do *Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE)*, e que trata especificamente de questões relacionadas a informação e segurança sob a ótica forense.

- **Congresso Internacional de Inovação e Gestão do Conhecimento** - O diretor-presidente do ITI realizou palestra durante o Congresso Internacional de Inovação e Gestão do Conhecimento (**CIKI**) realizado nos dias 17,18 e 19, em Florianópolis-SC. A exposição fazia parte da mesa de debates **“Inovação na Administração Pública”**. A palestra abordou aspectos como a segurança eletrônica, a validade jurídica, a economia de tempo e recursos e a agilidade que estão entre os principais ganhos na adoção de uma gestão eletrônica de documentos. O **CIKI**, que tem por objetivo estimular a produção



acadêmica e o surgimento de novas teorias, métodos e técnicas de Gestão do Conhecimento e Gestão da Inovação, com ênfase na gestão de pequenas e médias empresas, é fruto de uma parceria entre o Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (EGC-UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

- **6ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico de Auditoria da Presidência da República - CTA/PR**, nos dias 1º e 02 de dezembro/2011, na cidade de Fortaleza/CE, na Companhia Docas do Ceará - CDC/SEP/PR.

- **SGT13 da XXVI REUNIÓN ORDINARIA DEL SGT 13 “COMÉRCIO ELECTRÓNICO”** e Lançamento da Raiz Uruguai, realizada na cidade de Montevideú, Uruguai, nos dias 08 e 09 de dezembro de 2011.

- **2ª Oficina ITI / INMETRO**, conforme previsto no Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições, de 14 a 15 de dezembro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro RJ.

2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

I – Competência Institucional

O **Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI** foi criado pela Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto, como autarquia federal para atuar como a Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas.

A Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – AC Raiz é a primeira autoridade da cadeia de certificação e executora das Políticas de Certificados e Normas Técnicas e Operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil. À Autoridade Certificadora Raiz compete emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das AC – Autoridades Certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu, gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos, e executar atividades de fiscalização e auditoria das Autoridades Certificadoras – AC, das Autoridades de Registro – AR e dos prestadores de serviços habilitados na ICP - Brasil, em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil, além de exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela autoridade gestora de políticas.

O [Comitê Gestor da ICP - Brasil](#), autoridade gestora de políticas, é composto por cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados, designados pelo Presidente da República, e um representante dos Ministérios da Justiça, Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Planejamento, Orçamento e Gestão, Ciência e Tecnologia, Casa Civil da Presidência da República e Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, como forma de dar estabilidade, transparência e confiabilidade ao sistema.

Ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI compete ainda realizar os processos de credenciamento das entidades interessadas em atuar como AC, AR ou prestadores de serviço e atuar como a Secretaria Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil.

O Instituto ainda é responsável por assegurar o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, garantindo que a Certificação Digital ICP – Brasil acompanhe a evolução tecnológica de modo a oferecer aos seus usuários o *estado-da-arte* em segurança da informação, estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital. Nesse vetor, o ITI tem como sua principal linha de ação a popularização da certificação digital e a inclusão digital, atuando sobre questões como sistemas criptográficos, software livre, hardware compatíveis com padrões abertos e universais, convergência digital de mídias, entre outras.

II. Objetivos estratégicos

Garantir o pleno funcionamento, evolução tecnológica e segurança da **Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP – Brasil**, primeira Autoridade da Cadeia de Certificação – **Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz** e promover a Massificação da Certificação Digital ICP - Brasil.

2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

I - Análise do andamento do plano estratégico da unidade

A estratégia de atuação para consecução do Programa de Massificação da Certificação Digital ICP - Brasil na sociedade brasileira vêm sendo desenvolvida no âmbito de quatro eixos principais:

- 1 - Sensibilização e Capacitação em Certificação Digital ICP - Brasil;
- 2 - Fomento a Aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP - Brasil;
- 3 - Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP - Brasil e
- 4 - Evolução Tecnológica da Certificação Digital ICP - Brasil.

II – Análise do Plano de ação da unidade no exercício

A estratégia para Massificação da Certificação Digital ICP – Brasil desenvolvida em 2011 apresentou os seguintes resultados:

1 – Sensibilização e Capacitação : Proporcionar que a sociedade brasileira em geral saiba o que é a certificação digital, para que serve, onde e como usá-la, os benefícios e responsabilidades advindas de seu uso e proporcionar o desenvolvimento de profissionais qualificados para desenvolver e operar os sistemas responsáveis pelo ciclo de vida dos certificados digitais ICP - Brasil.

No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital em 2011, o ITI organizou a Nona Edição do Fórum de Certificação Digital - 9º CertForum, que teve como objetivo disseminar e debater o futuro da certificação digital no país. O evento foi realizado em etapas regionais nas cidades de:

Recife/PE – 14 de abril de 2011
Florianópolis/SC – 12 de maio de 2011
Rio de Janeiro/RJ – 10 de agosto de 2011
Brasília/DF – 21 de setembro de 2011.

O evento contou com a presença de mais de 1600 inscritos entre empresários, especialistas, acadêmicos, estudantes, funcionários públicos e fornecedores de soluções.

Todas as etapas contaram, ainda, com a participação de autoridades dos governos Federal e estadual, especialistas do setor de tecnologia de identificação digital e palestrantes internacionais.

Na etapa de Brasília, destaca-se a realização do Encontro internacional sobre Certificação Digital.

Dentre as ações de divulgação dos benefícios da Certificação Digital ICP – Brasil destacam-se:

- a) a publicação eletrônica semanal de 42 Boletins Digitais e o envio para 8.112 endereços válidos de e-mail;
- b) inserção de 150 matérias no sítio institucional do ITI - <http://www.iti.gov.br> - e do Fórum de Certificação Digital – CertForum – <http://certforum.iti.gov.br>.
- c) inserção do ITI nas redes sociais e utilização do *Twitter* para divulgar links encurtados que redirecionam para o sítio do Instituto;
- d) produção de vídeo institucional/documentário sobre o balanço anual da certificação digital ICP – Brasil; e
- e) produção de duas edições da revista institucional - REVISTA DIGITAL, que é o principal veículo de comunicação do ITI e conta com material informativo atualizado sobre o avanços da certificação digital

no País, tendo se consolidado como um espaço de debate e publicação das ações do Instituto.

Ressalte-se ainda que o Instituto esteve presente nos principais eventos voltados à segurança da informação, desmaterialização de processos, defesa cibernética e iniciativas afins, como consta no início deste Relatório.

No âmbito da capacitação técnica de nossos servidores, foram realizados os seguintes treinamentos:

- **VIII Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos - ICCYBER 2011**, em Florianópolis – SC, no período de 05 a 07/10/2011. Evento internacional com foco em segurança da informação e crimes cibernéticos, realizado pela Associação Brasileira de Especialista em Alta Tecnologia - ABEAT com o apoio da Polícia Federal e da Fundação de Apoio ao Ensino e Pesquisa da Polícia Federal.
- **ITIL – Information Technology Infrastructure Library** – Brasília-DF – de 28 a 29.11.2011.
- **2ª Oficina ITI / INMETRO**, conforme previsto no Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições, de 14 a 15 de dezembro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro RJ.

Com relação à Capacitação Técnica em Certificação Digital voltada a servidores, funcionários públicos e cidadãos comuns, com foco no uso e suporte técnico para o uso e emissão de certificados digitais da ICP – Brasil, o Instituto realizou treinamento sobre o tema **ICP – Brasil e Métodos de Certificação Digital utilizados na Administração Pública Federal**, ministrado em 19.04.2011 nas dependências do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pelos servidores Wilson R. Hirata e Pedro P. Cardoso. O evento foi conduzido pela Coordenação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação e teve a participação de servidores da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI e membros dos CSIC, pertencentes aos quadros do MPOG.

2 – Fomento a aplicações: Estimular o desenvolvimento e a implantação de aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP – Brasil nos setores público e privado brasileiros.

Os avanços da Certificação Digital vêm permeando todos os segmentos da sociedade brasileira, estando presente em transações de comércio eletrônico, governo eletrônico, justiça eletrônica, banco eletrônico, Nota Fiscal Eletrônica - NFe, Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, diversas transações da Receita Federal (e-CAD, e-CPF, e-CNPJ, DIRF, DCTF, etc.), Sistemas de Pagamentos Brasileiro – SPB, aplicações internas nas administrações públicas dos três poderes e das três esferas, como por exemplo, o SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, COMPRASNET, SIDOF – Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior, aplicações de governo eletrônico voltadas ao cidadão como emissão de passaportes, o PROUNI, GESP – Sistemas de Gestão Eletrônica de Segurança Privada da Polícia Federal, SABESP, IMESP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Programa de Conectividade Social da Caixa Econômica Federal, Projeto MERCOSUL DIGITAL, Empreendedorismo Digital, dentre outros.

Do ponto de vista de novas aplicações da Certificação Digital, em 2011, o destaque ficou por conta da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MPOG), que tem como objetivo a modernização e desburocratização da administração pública federal, a partir da implementação do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – PNDProc.

Nessa linha, um dos conceitos que ganham força no debate sobre desenvolvimento sustentável é o da “Economia Verde” (*Green Economy*), que trata da busca de alternativas que aliam progresso



econômico, respeito ao meio ambiente e bem estar social. Nesse contexto, a desmaterialização de processos, com o uso das TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e segurança que a certificação oferece, surge como um caminho a ser analisado, debatido e incentivado ao máximo.

Assim, o ITI também tem participado do processo preparatório para a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, com vistas à inserção da certificação digital como viabilizador de ações que reduzem o consumo de madeira e água – elementos básicos para a formação de reservas de desmatamento para produção de papel.

O ITI também participou de reuniões do Comitê Gestor do Registro de Identidade Civil (RIC), a nova identidade do cidadão brasileiro. Dentre as deliberações de 2011, destaca-se a proposta de criação de quatro grupos temáticos de trabalho que tratarão especificamente dos seguintes aspectos do RIC: a padronização dos campos a serem preenchidos com as informações do cidadão, os atributos eletrônicos do cartão, a validade da nova identidade, hoje estipulada em 20 anos e, por fim, a integração do documento às aplicações disponíveis por meio do princípio da interoperabilidade.

O Instituto deve integrar os quatro grupos técnicos de trabalho e colaborar, com base em suas atribuições, na elaboração de propostas e na apresentação de soluções já disponíveis em todo o sistema nacional de certificação digital como softwares e hardwares. Para tanto, foi aprovada verba de R\$ 100 milhões destinada à implantação do RIC em todo o Brasil.

No final de 2011, o projeto entrou em revisão devido a dificuldades encontradas no reaproveitamento de base de dados já disponíveis, a exemplo da base de eleitores cadastrados biometricamente e cidadãos já identificados biometricamente nos Estados do Distrito Federal, Bahia e Rio de Janeiro.

O Instituto segue acompanhando as seguintes iniciativas:

- **Modernização do Passaporte Brasileiro** – Trata-se de projeto que prevê a emissão de novos passaportes que utilizarão *chips* sem contato, seguindo padrão ICAO para documentos de viagem. O projeto tem como principal articulador o Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça e o ITI como prestador de apoio técnico no que diz respeito ao uso da certificação digital no documento. A emissão de passaportes ocorreu normalmente no exercício de 2011.
- **Sistema de Validação de Informações Aduaneiras no Comércio Intrazona** - Sistema gerido pela Receita Federal do Brasil, para controlar o fluxo de informações entre sistemas aduaneiros no âmbito do MERCOSUL.
- **Nova Identidade a ser expedida pelo Conselho Federal de Medicina** para os profissionais da área médica. O ITI tem atuado como prestador de apoio técnico no que diz respeito ao uso da certificação digital nas novas identidades desses profissionais, o que facilitaria o acesso a Prontuários Eletrônicos. A expectativa é de que as novas carteiras de identidade profissional com os novos atributos passem a ser distribuídas no decorrer de 2012.
- **Projeto MERCOSUL Digital** – Com recursos previstos da ordem de € 2,4 milhões, o projeto visa incentivar a formação de Autoridade Certificadora Raiz no Paraguai, Autoridade Certificadora de 1º nível no Uruguai, infraestrutura complementar para a ICP Argentina e infraestrutura de Carimbo do Tempo (*time stamp*) para a Argentina e Uruguai. A participação do ITI tem sido relevante para que a implantação de ICPs no MERCOSUL ocorra dentro de um contexto técnico e administrativo, visto que o Instituto é referência em certificação digital para o MERCOSUL e América Latina.
- **Implantação do Conectividade Social ICP** – Canal de comunicação entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e as empresas que prestam informações ao FGTS e à Previdência Social. A versão antiga do Conectividade Social, se valia de certificado eletrônico, via disquete, e evoluiu para uma plataforma



online e utilização da certificação digital padrão ICP – Brasil. A principal mudança da nova versão do sistema é que a certificação digital permite maior segurança nas transações via internet e acesso passa a ser 100% WEB, sem a necessidade de atualizações de versões, concentrando em um mesmo ambiente todas as funcionalidades disponíveis. A navegação ficou intuitiva, o que ajuda a economizar o tempo do usuário e favorece a utilização plena de seus recursos. A perspectiva

Novas aplicações e esforços para ampliar a interoperabilidade se encontram em pleno desenvolvimento, inclusive no âmbito internacional, tais como a implantação de modelos de Infraestrutura de Chaves Públicas similares ao brasileiro em outros países do Mercosul, sendo que Cabo Verde, Cuba e Equador já firmaram acordo para uso da tecnologia brasileira.

3 – Operação: Garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, ampliar a ICP – Brasil de modo a propiciar maior capilaridade pelo País, o que é necessário para prover acesso aos Certificados Digitais ICP – Brasil por todo e qualquer cidadão brasileiro.

Durante o exercício de 2011, o Instituto cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e investiu no desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com certificado digital ICP – Brasil.

Em 2011, a capilaridade da ICP – Brasil, ou seja, a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, esteve consolidada em 42 (quarenta e duas) Autoridades Certificadoras (AC) credenciadas, 178 (cento e setenta e oito) Autoridades de Registro (AR) credenciadas, 1109 (hum mil, cento e nove) Instalações Técnicas Físicas – ITF e 13 (treze) Prestadores de Serviço de Suporte (PSS) credenciados, registrando crescimento de 8% em ACs, 56% em ARs e 129% em ITFs em relação ao ano anterior, apresentando evolução bastante significativa.

Atualmente, existem 1109 pontos de atendimento, onde o cidadão e empresas podem obter seu certificado, distribuídos por 250 municípios. Os números demonstram ainda que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP – Brasil.

4 – Evolução: garantir que a Certificação Digital ICP – Brasil acompanhe a evolução tecnológica de modo a assegurar aos seus usuários o estado-da-arte em segurança da informação e, com isto, assegurar permanentemente segurança jurídica às transações e documentos eletrônicos.

O ano de 2011 foi determinante para a implantação/desenvolvimento de novas tecnologias com vistas ao fortalecimento da estrutura de chaves públicas. Nesse sentido, registram-se avanços nas seguintes frentes:

- a) Assinador Digital de Referência da ICP - Brasil, conforme acordo ITI e Colégio Notarial;
- b) Programa João de Barro – aperfeiçoamento do Sistema de Gerência de Certificados (SGC), versões *Ywyrá e Ywapa*;
- c) Programa João de Barro – desenvolvimento do Sistema de Gerência de Certificados (SGC), versão *HAWA*;
- d) Acordo com INMETRO – criação do Programa de Avaliação de Conformidade de Equipamentos de Certificação Digital;
- e) Acordo com SLTI – desenvolvimento do Programa de Desmaterialização de Processos;
- f) Acordo com Ministério da Ciência e Tecnologia e RNP para aperfeiçoamento do *ASI-HSM* para uso na

ICP – Brasil;

g) Modelo de Certificado de Atributos para a ICP – Brasil;

h) Apoio técnico-institucional ao Conselho Federal de Medicina (CFM) para desenvolvimento da nova identidade do profissional médico, chamado e - CRM, com a inclusão do certificado digital ICP – Brasil, e

i) Revisão do Padrão Brasileiro de Assinatura Digital.

Para tanto, foram ainda assinados os seguintes Termos de Cooperação:

a) Termo de Cooperação – TC nº 04/2011 entre o ITI e Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCTI, no valor de R\$ 248.688,00 – Complementação do TC 02/2010, tendo em vista que os recursos previstos para 2011 não foram repassados à unidade executora, neste caso a RNP (Rede nacional de Ensino e Pesquisa)

b) Termo de Cooperação entre o ITI e a Universidade Federal de Santa Catarina, Termos 02/2011, no valor de R\$ 329.600,00, com vistas ao aprimoramento de certas funcionalidades do software utilizado em certificação digital e

c) Termo de Cooperação TC nº 03/2010, entre o ITI e a Universidade Federal de Santa Catarina, no valor de R\$ 268.800,00, com vistas à atualização e manutenção do Sistema de Gerenciamento de Certificados (SGC), versão Ywapa e Ywya.

No que tange à Normalização e Pesquisa, foram desenvolvidos trabalhos de prospecção tecnológica relacionados a certificados de atributo, e suporte aos novos algoritmos de resumo (SHA2) pelos navegadores web, Biometria, revisão e ampliação do arco de OID – *Object Identifier* da ICP – Brasil e estudo das atualizações dos normativos do IETF-PKIX - *Internet Engineering Task-Public Key Infrastructure based on X.509 Protocol*, ETSI – *European Telecommunication Standards Institute*, NIST – *National Institute of Standards Technology*, elaboração conjunta grupo ITI e INMETRO de minuta do documento técnico que implementa a avaliação de conformidade da ICP – Brasil ao Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC), operacionalização do acordo de cooperação revisão e atualização do conjunto normativo relacionado aos padrões de assinatura digital, além de discussão técnica e consolidação do resultado final do GTT de resposta a incidentes, apresentado ao Comitê Gestor da ICP – Brasil.

No período também foram elaboradas/atualizadas e publicadas pelo ITI as normas abaixo relacionadas, sendo que as Resoluções são aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil, antes de sua publicação.

- Resolução nº 85 – Estabelece condição transitória para o requisito de obrigatoriedade de homologação ICP - Brasil para equipamentos de certificação digital.
- Resolução nº 86 - Aprova a versão 4.5 do documento Critérios e procedimentos para credenciamento das entidades integrantes da ICP - Brasil (DOC-ICP-03).
- Ato nº 01 – Retifica redação nas publicações das versões 4.0 e 4.1 do documento declaração de práticas de certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-BRASIL (DOC-ICP-01).
- Instrução Normativa nº 01/2011 – Trata da uniformização dos requisitos necessários à emissão de certificados digitais de pessoas jurídicas para os condomínios edilícios.
- Instrução Normativa nº 02/2011 – Aperfeiçoamento e uniformização de entendimentos complementar à Instrução Normativa nº 01/2011.
- Instrução Normativa nº 03/2011 – Trata da análise e depósito de código-fonte nos processos de homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital, no âmbito da ICP-BRASIL.



- Instrução Normativa nº 04/2011 – Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP-BRASIL e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 05/2011 – Aprova a versão 3.0 do documento requisitos das políticas de assinatura digital na ICP-BRASIL (DOC-ICP-15.03).

2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade de Unidade

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	1109					
Denominação	Massificação da Certificação Digital ICP – Brasil					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica					
Objetivos Específicos	Garantir às transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP Brasil.					
Gerente	Renato da Silveira Martini					
Público Alvo	Servidores e empregados públicos, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Distrito Federal e Municípios; pessoas naturais e pessoas jurídicas que exerçam seus direitos e deveres atinentes à cidadania brasileira.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
17.295.481	17.304.581	15.273.662	12.933.975	1.660.466	12.685.287	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	percentual	01/01/08	630.000 certificados emitidos	4.280.000 certificados emitidos	40,00%	579,00%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de usuários de Internet no Brasil (pessoas naturais) usuários de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total estimado (IBOPE/Net Ratings) de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais).						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito de usuários da Internet (pessoas naturais), no entanto dificuldades para definir o total de usuários que se valem da certificação digital inviabilizaram a apuração do índice. Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser						

fornecida pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há normas que obriguem as entidades a fornecer tais informações. Os indicadores foram revistos para o PPA 2012-2015.

Em que pese a dificuldade na apuração do índice, os avanços da Certificação Digital vêm permeando todos os segmentos da sociedade brasileira, estando presente em transações de comércio eletrônico, governo eletrônico, justiça eletrônica, banco eletrônico, Nota Fiscal Eletrônica - NFe, Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, diversas transações da Receita Federal (e-CAD, e-CPF, e-CNPJ, DIRF, DCTF, etc.), Sistemas de Pagamentos Brasileiro – SPB, aplicações internas nas administrações públicas dos três poderes e das três esferas, como por exemplo, o SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, COMPRASNET, SIDOF – Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior, aplicações de governo eletrônico voltadas ao cidadão como emissão de passaportes, PROUNI, GESP – Sistemas de Gestão Eletrônica de Segurança Privada da Polícia Federal, SABESP, IMESP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Conectividade Social da Caixa Econômica Federal, Projeto MERCOSUL Digital, Empreendedorismo Digital, dentre outros.

Também é fato que o uso do certificado digital assumiu expressiva importância para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados. Os contadores somente poderão acessar determinados sistemas da Receita Federal mediante o uso de certificados digitais. O mesmo ocorre com médicos para acesso a Prontuários Eletrônicos. No caso de advogados, o crescimento é ainda mais notório, tendo em vista a adoção em praticamente todo o Judiciário de processos eletrônicos que permitem que trâmite jurídico seja feito integralmente por meio virtual.

A tendência é de franco crescimento no uso de certificados digitais na Internet, em função de Projetos em andamento: Projeto RIC – Registro de Identidade Civil, que prevê a emissão de novos documentos de identidade civil em âmbito nacional e da modernização do passaporte brasileiro.

O grande destaque no avanço da Massificação da Certificação Digital se dará a partir da implementação do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – PNDProc, para o qual foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre o ITI e Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MPOG), que tem como objetivo a modernização e desburocratização da administração pública federal. Registre-se ainda que iniciativa vem sendo debatida em diversos fóruns nacionais e Internacionais, como é o caso Rio+20- Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável.

Fica evidente o crescimento e a massificação da certificação digital, mesmo se considerados apenas o número de certificados digitais emitidos, que até 2008 era da ordem de 630.000 e em 2011 alcançou a marca histórica de 4.280.000 certificados emitidos, apontando um crescimento de 190% em relação a 2010.

Porém, é importante destacar que o número de certificados nem sempre reflete a amplitude do uso da ferramenta, por exemplo, no segmento bancário em média 5(cinco) mil certificados dão suporte a todas as transações interbancárias realizadas através do SPB – Sistema de Pagamento Brasileiro. O mesmo ocorre com a Nota Fiscal Eletrônica, aplicação que inibe a evasão fiscal, com ganhos em termos de redução de custo (papel, tinta, armazenagem, etc), padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança. Dados disponíveis no Portal da Nota Fiscal Eletrônica indicam que até 28.03.2012 o cálculo de NF-e autorizadas alcançava a casa de R\$ 4, 329 bilhões, emitidas por 791,603 mil contribuintes.

Os números demonstram ainda que houve expansão em outras áreas que justificam o aumento nas emissões. Iniciativas como as ações internas dos governos municipais, estaduais e a



União, cujo objetivo é dar transparência e combater possíveis fraudes é um aspecto que merece destaque.

Por outro lado, o Instituto vem, cada vez mais, sofrendo os impactos de uma estrutura inadequada frente aos avanços da Certificação Digital. O Instituto, até hoje, conta com a mesma estrutura de cargos desde sua criação em 2003, além de não dispor de quadro de pessoal próprio. Todo o corpo funcional é cedido por outros órgãos e as atividades básicas são supridas por terceirizados, o que limita sobremaneira, a atuação estratégica da entidade. Em 31.05.2010 foi proposta uma nova estrutura organizacional à Casa Civil da Presidência da República, sem avanços até a presente data.

Em novembro/2011, o Instituto mudou-se para uma nova Sede, localizada à SCN, Quadra 02, Bloco E – Brasília – DF. A mudança exigiu adequação da infraestrutura física, lógica e de equipamentos do novo espaço e consumiu recursos não previstos na elaboração do orçamento de 2011. Por outro lado, o novo espaço veio contribuir para uma maior identidade visual do Órgão, ao tempo que permitiu alocar em um edifício monousuário toda a equipe de trabalho, facilitando a interação das áreas.

Fonte: SIGPLAN 2011

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pelo Instituto

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
4	128	1109	4572	A	3	unidade	12	6	20
4	131	1109	4641	A	3	n/c	n/c	0	0
4	128	1109	4858	A	3	unidade	15	15	15
4	125	1109	4912	A	3	unidade	100	95	100
4	126	1109	4914	P	3	unidade	1	1	0
4	125	1109	4917	A	3	unidade	8	8	2
4	126	1109	7264	P	3	Percentual	5	5	1
4	122	1109	2272	A	3	n/c	n/c	n/c	n/c

Ações: Finalísticas

a) Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil

Ação: 4917 - Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil			
Área responsável pela ação: Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas - Coordenação Geral de Operações			
Metas Físicas (Certificado emitido/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
Previsto - LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado
8	8,00%	4.400.000	1.874.419

Essa ação tem como finalidade garantir o pleno funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz



– AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil e assegurar a seus usuários o *estado-da-arte* em segurança da informação, necessária para garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos.

Trata-se de uma ação nevrálgica para o ITI, estando nela abrigada grande parte das principais atividades finalísticas deste Instituto.

As metas físicas desta ação foram estabelecidas em termos de números de certificados emitidos para Autoridades Certificadoras de 1º Nível.

A emissão de novos certificados para Autoridades Certificadoras envolve uma série de análises e ajustes técnicos que levam meses para conclusão, razão pela qual observa-se a existência de execução financeira anterior à conclusão do processo de credenciamento.

Para 2011 foi prevista a emissão de certificados para todas as Autoridades Certificadoras de 1º nível dentro cadeia “v2”.

Na prática, foram emitidos somente 8 (oito) certificados para as seguintes entidades:

- AC Certisign G6 v2,
- AC Serasa ACP v2,
- AC Serpro v3,
- AC RFB v3,
- AC JUS v4,
- AC PR v3,
- AC Caixa Econômica Federal v2,
- AC Imprensa Oficial SP v2,
- AC CMB v2.

No decorrer de 2011, foi firmado o Termo de Cooperação nº 03/2011, entre o ITI e a Universidade Federal de Santa Catarina, no valor de R\$ 1.098.060,40, com vistas à utilização das instalações seguras de contingência, a fim de implantar solução de continuidade de negócios em tecnologia da informação(TI) no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil), provendo os meios necessários à operacionalização da Autoridade Certificadora Raiz (AC – Raiz) e da Entidade de Auditoria do Tempo (EAT), da Rede de Carimbo de Tempo (RCT), da ICP – Brasil, bem como a sua administração, operação e manutenção pela UFSC.

Assim, para garantir o contingenciamento das chaves criptográficas e pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Processamento de Dados, sendo um em Brasília/DF e outro em Florianópolis/SC.

Os Centros são compostos de sistemas redundantes e autônomos, compostos dos seguintes subsistemas:

- Subsistema de Alimentação Elétrica;
- Subsistema de Climatização;
- Subsistema de Detecção e Combate a Incêndio;
- Subsistema de Supervisão e Controle;
- Subsistema de Controle de Acesso e Vigilância.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelo Ambiente Seguro do ITI é necessário manter contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas descritos acima. Todos os subsistemas descritos acima são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada.

Além disso, a administração e o gerenciamento do repositório da AC Raiz, o repositório

das Políticas de Assinatura da ICP - Brasil, homologação de equipamentos e sistemas da ICP - Brasil e a Entidade de Auditoria de Tempo, também fazem parte de atividades rotineiras para o pleno funcionamento da AC Raiz.

Com relação à execução do orçamento financeiro alocado à ação, informamos que foram empenhados R\$ 3.029.023,00 (três milhões, vinte e nove mil e vinte três reais), dos quais R\$ 2.123.107 (dois milhões, cento e vinte três mil e cento e sete reais) foram liquidados, R\$ 1.874.419,00 (hum milhão, oitocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos dezanove reais) foram pagos e R\$ 211.756,09 inscritos em Restos a Pagar..

Quanto ao crédito orçamentário remanescente, não houve tempo hábil para sua utilização devido a mudança de sede do Instituto e a aquisição de um novo sítio para a plataforma de Carimbo de Tempo, prevista para o exercício de 2011, não pode ser concluída devido à complexidade exigida na aquisição de equipamentos fornecidos por empresa estrangeira.

b) Desenvolvimento e Implementação do Criptossistema da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil

Ação: 7264 - Desenvolvimento e Implementação do Criptossistema da Autoridade Certificadora Raiz ICP - Brasil			
Área responsável pela ação: Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas			
Metas Físicas (Sistema Implantado / % de execução física)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado
5	5	268.800	199.982

A ação visa desenvolver criptossistemas em código aberto com tecnologia nacional, por meio de convênios com Universidades, Institutos de Pesquisa e outros órgãos públicos com expertise na matéria.

Nesse intuito, foram assinados no decorrer de 2011 os seguintes Termos de Cooperação:

- a) Termo de Cooperação – TC nº 04/2011 entre o ITI e Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCTI, no valor de R\$ 248.688,00 – Complementação do TC 02/2010, tendo em vista que os recursos previstos para 2011 não foram repassados à unidade executora, neste caso a RNP (Rede nacional de Ensino e Pesquisa)
- b) Termo de Cooperação entre o ITI e a Universidade Federal de Santa Catarina, Termos 02 /2011, no valor de R\$ 329.600,00, com vistas ao aprimoramento de certas funcionalidades do software utilizado em certificação digital
- c) Termo de Cooperação TC nº 03/2010, entre o ITI e a Universidade Federal de Santa Catarina, no valor de R\$ 268.800,00, com vistas à atualização e manutenção do Sistema de Gerenciamento de Certificados (SGC), versão Ywapa e Ywira.

Como resultado dos Termos de Cooperação, foram entregues novas versões do Sistema de Gerenciamento de Certificados (YWAPA e YWIRA) e versão Beta do Sistema HAW, cumprindo o estabelecido para o exercício.



Quanto à execução financeira, foram repassados recursos da ordem de R\$ 268.800,00 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais), que representam 100% dos créditos disponíveis, ao passo que a entidade beneficiária liquidou despesas na ordem R\$ 199.982,00 (cento e noventa mil e novecentos e oitenta e dois reais), equivalentes a 74,40% de execução.

c) Apoio à Formação Especializada Superior em Certificação Digital ICP - Brasil

Ação: 9832 - Apoio à Formação Superior em Certificação Digital ICP - Brasil			
Área responsável pela ação: Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas			
Metas Físicas (Curso produzido/unidade)			Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)
Previsto PPA	Prev. Atual	Realizado	Ação não orçamentária
2	2	2	

A finalidade desta ação é fomentar o oferecimento pelas instituições de ensino superior brasileiras de cursos de especialização e/ou pós-graduação *latu sensu* e/ou *strictu sensu* em certificação digital ICP – Brasil.

O ITI tem priorizado convênios e parcerias com instituições federais de ensino e pesquisa a fim de fomentar a formação de recursos humanos especializados no tema certificação digital. Atualmente, mantemos convênio de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina e com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), esta última via convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nesse sentido, a Universidade Federal de Santa Catarina promoveu 2 (dois) *Workshops* sobre Certificação Digital em maio e setembro de 2011, além de se valer do Convênio existente para desenvolver mão de obra especializada na matéria, através de concessão de bolsas de estudos e dissertações de mestrado na área. Em 2011 foram defendidas 6(seis) dissertações de mestrado sobre Certificação Digital, além de inúmeros trabalhos de graduação para finalização do curso.

d) Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas em Software Aberto

Ação: 4914 - Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas em Software Aberto			
Área responsável pela ação: Presidência-CDTC–Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento			
Metas Físicas (Sistema desenvolvido/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
LOA + Créd.	Realizado	Previsto	Realizado
1	1	70.000	64,39%

O objetivo desta ação é apoiar o desenvolvimento e qualificação de sistemas e programas abertos voltados à certificação digital, buscando superar a substituição dos legados proprietários.

A ação é desenvolvida no âmbito do CDTC – Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento, projeto que tem como objetivo buscar a união de esforços entre o setor público, privado e as universidades, com o intuito de ampliar o conhecimento da sociedade no uso do software livre.

O trabalho é desenvolvido em várias frentes:

- qualificação de universitários para desenvolvimento de produtos livres para serem distribuídos livremente à sociedade após o registro no INPI;
- desenvolvimento de módulos para uso em certificação digital em outros produtos livres, possibilitando



- maior abrangência no uso da certificação digital pelo cidadão em aplicações genéricas;
- c) desenvolvimento de cursos e apostilas para treinamento à distância, que permitem a apropriação pela sociedade brasileira do conhecimento produzido no projeto, apoiando a formação de escolas e centros de qualificação técnica com material didático sobre tecnologia da informação.

Em 2011, foi assinado Termo de Cooperação TC n/ 01/2011 com a Fundação Universidade de Brasília no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com vistas à consolidação do uso do software livre disseminando-o no setor público e atendendo à continuidade dos trabalhos de qualificação do CDTC, permitindo o trabalho compartilhado entre a UNB e outras universidades federais brasileiras pelo prazo de 12 meses.

O Termo permite a viabilização de recursos técnicos e humanos necessários para a efetiva realização da qualificação dos setores público e privado através do ensino à distância (via internet). O projeto prevê ainda a elaboração de material didático, como apostilas e notas técnicas, que serão distribuídas através do site (download) sob licença GPL.

A atividade de manutenção das 3.500 turmas EAD foram realizadas com sucesso.

O valor repassado e empenhado foi da ordem de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). No exercício, a execução financeira pela Fundação Universidade de Brasília alcançou o valor de R\$ 45.071,00 (quarenta e cinco mil e setenta e um reais).

e) Capacitação Técnica em Certificação Digital

Ação: 4858 - Capacitação Técnica em Certificação Digital			
Área responsável pela ação: Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas			
Metas Físicas (Pessoa capacitada/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
LOA+Créd.	Realizado	Previsto	Realizado
15	15	30.000	0

A finalidade desta ação é capacitar servidores, funcionários públicos e cidadãos comuns em certificação digital, com foco no uso e suporte técnico para o uso e emissão de certificados digitais da ICP – Brasil.

O Instituto realizou treinamento sobre o tema **ICP – Brasil e Métodos de Certificação Digital utilizados na Administração Pública Federal**, ministrado em 19.04.2011 nas dependências do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pelos servidores Wilson R. Hirata e Pedro P. Cardoso.

O evento foi conduzido pela Coordenação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação e teve a participação de servidores da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI e membros dos CSIC, pertencentes aos quadros do MPOG.

Não houve necessidade de alocação de recursos financeiros para a realização do evento.

f) Apoio ao Projeto de Aplicações com Suporte à Certificação Digital ICP - Brasil no âmbito do Setor Público

**Ação: 9831 - Apoio ao Projeto de Aplicações com Suporte à Certificação Digital ICP - Brasil no âmbito do Setor Público****Área responsável pela ação: Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas - Coordenação Geral de Operações**

Metas Físicas (Projeto decidido/unidade)			Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)
Prev. PPA	Prev. Atual	Realizado	Ação não orçamentária
2	2	4	

Trata-se de ação sem alocação orçamentária, cujo objetivo é promover a proposição aos órgãos setoriais das três esferas de governo, em seus três poderes, de projetos de aplicações focadas no cidadão com suporte à Certificação Digital ICP – Brasil.

No decorrer de 2011 o Instituto acompanhou e apoiou tecnicamente o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- **RIC – Registro Único de Identificação Civil** – O ITI atuou no apoio ao desenvolvimento dos requisitos técnicos para emissão do novo documento, cujo projeto tem o Ministério da Justiça como principal articulador. Concebido sob o formato de *smart card*, o RIC possui a mais avançada tecnologia de identificação, segurança de dados pessoais do cidadão e certificado digital. Trata-se de projeto de alcance nacional que beneficiará todos os cidadãos brasileiros. O RIC passará por etapas graduais de implantação no país, sendo que os primeiros documentos foram emitidos em dezembro de 2010. O projeto está sendo revisto devido a dificuldades encontradas no reaproveitamento de base de dados já disponíveis, a exemplo da base de eleitores cadastrados biometricamente e cidadãos já identificados biometricamente nos Estados do Distrito Federal, Bahia e Rio de Janeiro.
- **Carteira de Identidade Funcional do Policial Federal** – Trata-se de projeto para a emissão de novas carteiras de identidade funcionais através do emprego de cartões inteligentes com interface com e sem contato, cujo principal articulador é o Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça, tendo o ITI como prestador de apoio técnico no que diz respeito ao uso da certificação digital.
- **Modernização do Passaporte Brasileiro** – Trata-se de projeto que prevê a emissão de novos passaportes que utilizarão *chips* sem contato, seguindo padrão ICAO para documentos de viagem. O projeto tem como principal articulador o Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça e o ITI como prestador de apoio técnico no que diz respeito ao uso da certificação digital no documento. A emissão de passaportes ocorreu normalmente no exercício de 2011.
- **Sistema de validação de Informações Aduaneiras no Comércio Intrazona**. Sistema gerido pela Receita Federal do Brasil, para controlar o fluxo de informações entre sistemas aduaneiros no âmbito do MERCOSUL.
- **Nova Identidade a ser expedida pelo Conselho Federal de Medicina** para os profissionais da área médica. O ITI tem atuado como prestador de apoio técnico no que diz respeito ao uso da certificação digital nas novas identidades desses profissionais, o que facilitaria o acesso a Prontuários Eletrônicos. A expectativa é de que as novas carteiras de identidade profissional com os novos atributos passem a ser distribuídas no decorrer de 2012.



O destaque em 2011, do ponto de vista de novas aplicações da Certificação Digital, ficou por conta da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MPOG), que tem como objetivo a modernização e desburocratização da administração pública federal, a partir da implementação do **Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – PNDProc**.

g) Fiscalização e Auditoria dos Prestadores de Serviço de Certificação Digital

Ação: 4912 - Fiscalização e Auditoria dos Prestadores de Serviço de Certificação Digital			
Área responsável pela ação: Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização - Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização			
Metas Físicas (Relatório elaborado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado
100	95	190.000	15,58%

Através de ações de Auditoria e Fiscalização nos **Prestadores de Serviço de Certificação - PSC's**, é feita a verificação do cumprimento das políticas, diretrizes e normas definidas pelo **Comitê Gestor da ICP Brasil (CG/ICP-Brasil)**. Essas ações são divididas em:

- a) Auditorias Pré-Operacionais e Operacionais,
- b) Fiscalizações e Análise, Avaliação de aprovação de relatórios de auditorias realizadas por terceiros, que juntas proporcionam a elevação dos níveis de qualidade e dos níveis de segurança nas operações eletrônicas e processos manuais, através da verificação dos procedimentos operacionais e tecnológicos adotados pelos **PSC's**.

Descrição dos Objetivos e Metas

Para o exercício de 2011 foram estabelecidas as metas abaixo com o objetivo de garantir as competências e atribuições institucionais da **DAFN** e transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC's.

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO	UNIDADES CONTROLADAS
Auditoria Operacional em AC's	5
Fiscalizações em AC's e AR's	20
Auditoria Pré-Operacional de AC's	1
Auditoria Pré-Operacional de AR's	50
Credenciamentos de Empresas de Auditorias e Entidades de auditoria Interna	2
Outros Credenciamentos – Instalação Técnicas	24
TOTAL	100

As Auditorias Operacionais anuais em AC's de 1º nível são agendadas anualmente e



revisadas trimestralmente e as Fiscalizações realizadas a qualquer tempo mediante um planejamento trimestral, já as Auditorias Pré-Operacionais em AC's e AR's são realizadas sob demanda, conforme solicitação de credenciamento desses PSC's na ICP-Brasil.

O Credenciamento de empresas de auditorias independentes e de entidades de auditorias internas, são realizadas sob demanda, entretanto com a mudança na resolução nº 72/2009 que modificou a forma de vinculação dessas entidades com a AC RAIZ, passando de cadastramento para credenciamento houve uma demanda obrigatória para as empresas e entidades que realizam auditorias na ICP Brasil. Quanto ao credenciamento de instalações técnicas são realizadas sob demandas e são registrados apenas as quantidades de parecer que são realizados que na sua maioria contemplam diversas instalações técnicas (localizações físicas onde as AR exercem suas atividades).

Resultados das Fiscalizações e Auditorias dos PSC's

Resultados Quantitativos e Qualitativos alcançados

TIPO DE ATIVIDADE(A)	PREVISTO(B)	REALIZADO(C)	(C/B)
Auditoria Operacional em AC's	4	1	25%
Fiscalizações em AC's e AR's	20	13	65%
Auditoria Pré-Operacional de ACT	2	2	100%
Auditoria Pré-Operacional de AC's	1	3	300%
Auditoria Pré-Operacional de AR's	60	69	115%
Credenciamentos de Empresas de Auditorias e Entidades de auditoria Interna	3	4	133%
Outros Credenciamentos – Instalação Técnicas	10	3	30%
TOTAL	100	95	132%

As metas físicas passaram de 86 em 2009 para 100 auditorias e fiscalizações em 2010 e 2011, apesar de ser mantida a mesma quantidade de recursos humanos e financeiros do ano anterior R\$ 200.000,00.

Durante o exercício de 2011 os recursos destinados à realização de auditorias e fiscalizações foram suficientes para atendimento das metas estabelecidas, entretanto, as atividades necessárias às demandas da ICP - Brasil, necessitam ser acrescidas elevando a quantidade de auditorias e fiscalizações e de recursos financeiros na mesma proporção.

As Auditorias e Fiscalizações são os mecanismos que visam manter a qualidade dos serviços e processos realizados na ICP - Brasil e para melhorar os patamares de atuação dos PSC's. Embora não tenha sido alcançada a meta física de 100 fiscalizações e auditorias, foi realizada 95% das metas, portanto, pouco abaixo do previsto. O não atingimento ou até mesmo a superação das metas, foi motivado principalmente pela mudança de sede do ITI que tiveram pequenos impactos na rotina de trabalho dos auditores, especialmente no mês de outubro, entretanto, entendemos que não comprometem a eficiência da atuação do ITI.

A ICP Brasil em 2011 cresceu cerca de 56% em relação às entidades credenciadas e em 2011 o número de certificados digitais emitidos cresceu 190%, portanto as quantidades de auditorias e

fiscalizações também necessitam ser ampliadas em (50%) entidades credenciadas, exigindo aporte de recursos humanos e financeiros.

Outras Informações Relevantes

O significativo incremento na quantidade de certificados emitidos em 2011, na ordem de 190% em relação a 2010, impulsionados pela disponibilização de novas aplicações para os usuários de certificados especialmente relacionado à nota fiscal eletrônica e conectividade social (CEF), possibilitou o uso intenso de certificados digitais o que tem exigido das Autoridades Certificadoras níveis cada vez mais elevados de segurança e disponibilidade de serviços, requerendo do ITI/DAFN maior esforço no sentido de aprimorar as ações de Fiscalização para o ano seguinte.

Nesse sentido, foi concluído o desenvolvimento do sistema de credenciamento, sendo iniciado teste para a entrada em operação no primeiro semestre de 2012. A automatização do processo de credenciamento certamente possibilitará ao ITI maior agilidade interna para as diversas áreas e poderá aumentar a demanda por credenciamento de entidades da ICP - Brasil e conseqüentemente maior demanda por auditorias e fiscalizações.

Em 2011 também foi concluído o Projeto Básico com o objetivo de concluir a automatização do processo de gestão das auditorias realizadas na ICP - Brasil.

Ocorrência de Fraudes

Desde de dezembro de 2010, o ITI tem sido notificado pelas AC da ocorrência de tentativas frustradas de emissão de certificado digital com uso de documentação de identificação falsa. O golpe consiste na obtenção de certificado digital, de forma fraudulenta, de correntistas de banco, para desvios de valores e posterior apropriação.

Conforme informações recebidas e analisadas pelo ITI, a forma de atuação dos golpistas consiste na apresentação da 2a. via do documento de identidade com emissão recente já fraudado (Estado do Ceará), com comprovante de endereço - COELCE, para obtenção de certificados digitais de pessoa física junto às instalações técnicas credenciadas pela ICP - Brasil.

Em síntese, foram cinco os casos de uso de documentos falsos, sendo que os quatro primeiros casos tinham conexões entre si.

Fiscalizações da DAFN

Foi efetuada uma ação abrangente em todos os locais que emitem certificados digitais em Fortaleza-CE, totalizando 19 procedimentos de fiscalização, conforme descrito no quadro abaixo.

O objetivo da fiscalização foi verificar a emissão de certificado de pessoas físicas com a possibilidade de uso de documento de identificação fraudado, a exemplo de outras ocorrências identificadas pelo ITI em Fortaleza-CE.



NOME DA IT	NOME DA AR	AC VINCULADA
CARTÓRIO ALVARO MELO-CE	AR ANOREG	AC BR RFB AC NOTARIAL RFB
RETAGUARDA AGENCIAS FORTALEZA, CE	AR CAIXA	AC CAIXA PJ AC CAIXA JUS AC CAIXA PF
7799 - RETAGUARDA NORTE E SUL DO CEARA - CE	AR CAIXA	AC CAIXA PJ AC CAIXA JUS AC CAIXA PF
CARTORIO JEREISSATI - CE	AR CNB-CF	AC NOTARIAL RFB
CARTORIO PERGENTINO MAIA-CE	AR CNB-CF	AC NOTARIAL RFB
CARTORIO CAVALCANTI FILHO - CE	AR CNB-CF	AC NOTARIAL RFB
CARTORIO ALENCAR ARARIPE-CE	AR CNB-CF	AC NOTARIAL RFB
CARTORIO AGUIAR 8 OFICIO - CE	AR CNB-CF	AC NOTARIAL RFB
1 OFICIO DE NOTAS - FORTALEZA-CE	AR CNB-CF	AC NOTARIAL RFB
10 TABELIONATO DE NOTAS FORTALEZA-CE	AR CNB-CF	AC NOTARIAL RFB
CARTORIO PERICLES JUNIOR - CE	AR CNB-CF	AC NOTARIAL RFB
4 OFICIO DE NOTAS-CE	AR CNB-CF	AC NOTARIAL RFB
ALDEOTA - CE	AR CORREIOS	AC SERPRO RFB
ALENCARINA - CE	AR CORREIOS	AC SERASA RFB
AR FECOMERCIO CE	AR FECOMERCIO CE	AC CERTISIGN JUS AC CERTISIGN RFB AC CERTISIGN MULTIPLA
IT FORTALEZA	AR SERASA	SERASA CD AC SERASA RFB SERASA AC AC SERASA JUS
AR SERPRO - REGIONAL FORTALEZA-CE	AR SERPRO	AC CMB AC SERPRO JUS AC SERPRO RFB
POSTO 2 - AR SERVIR - CERTISIGN RFB	AR SERVIR	AC CERTISIGN MULTIPLA AC CERTISIGN RFB
POSTO 1 - AR SERVIR - CERTISIGN RFB	AR SERVIR	AC CERTISIGN MULTIPLA AC CERTISIGN RFB
AR SESCOAP CEARA	AR SESCOAP CEARA	AC CERTISIGN RFB AC CERTISIGN MÚTIPLA AC FENACON CERTISIGN RFB

Também foi objeto de atuação da equipe de fiscalização a disseminação das informações sobre a ocorrência de fraude, bem como os modos de operação empregados para obtenção indevida de certificado digital.

É importante ressaltar que todos os certificados emitidos com uso de documentos falsos foram imediatamente revogados após a confirmação da fraude.

As ações de fiscalização, conjugadas com outras ações de disseminação da informação, tais como, o envio do Ofício Circular 01/2011 e a reunião com todos os representantes das AC da ICP – Brasil, contribuíram para evitar a emissão fraudulenta de outros certificados digitais.



Medidas a serem adotadas

Durante o ano de 2011, ocorreu um acréscimo na quantidade de Prestadores de Serviços de Certificação - PSC's vinculados à ICP - Brasil, especialmente as AR, como descrito abaixo, acarretando aumento das Atividades da Auditoria e Fiscalização, muito embora não tenha havido contrapartida na disponibilidade de recursos humanos alocados na DAFN.

EVOLUÇÃO DA ICP - BRASIL

Credenciamentos	Total Até 2009	2010 Total	2011 Total	Acréscimo em 2011
Autoridades Certificadoras	36	39	42	8%
Autoridades de Registro	82	114	178	56%
Instalações Técnicas Físicas	534	861	1109	129%
Auditores Independentes	11	11*	13	18%
Certificados emitidos	955.000	2.255.000	4.280.000	190%

* Foram revalidados os cadastramentos para credenciamento.

SITUAÇÃO EM 31.12.2011

A solução adotada neste exercício e, que vem sendo paulatinamente incrementada para enfrentar esta situação, é a implementação de sistemas informatizados visando suprir a deficiência de recursos humanos através da automação de processos e a adaptação de procedimentos, usando ferramentas que agreguem o conhecimento de todos os profissionais da DAFN.

Essa estratégia objetiva a redução no tempo de auditoria e a possibilidade de direcionamento das atividades de fiscalização a itens específicos, facilitando, inclusive, a atividade de avaliação à distância para requisitos e itens previstos nas Resoluções, onde não se faz necessária a ação presencial do Fiscal, possibilitando a realização de testes em maior quantidade e com maior qualidade.

Em 2011 com a execução de atividades relacionadas a Fiscalizações à Distância e ao Tratamento de Grande Volume de Dados em relação aos certificados emitidos e às LCR's foi possível cumprir a meta estabelecida de realizar as fiscalizações, tanto à distância quanto presencial, em complemento aos exames realizados.

Outra ação de grande impacto foi a adoção da ABR – Auditoria Baseada em Risco, regulamentada em suas bases na Resolução 72 de 2009, que possibilitou a otimização dos recursos humanos e materiais para manter a qualidade dos trabalhos realizados com menor esforço, tornando as atividades de auditoria e fiscalização mais eficientes. Embora não tenha contabilizada nas metas de 2011, foram realizadas as outras 3 (três) auditorias operacionais em AC, sendo os relatórios finalizados no início de janeiro de 2012.

A dotação disponibilizada para esta funcional programática foi de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), dos quais foram empenhados R\$ 80.171,00 (oitenta mil cento e setenta e hum reais), liquidados/pagos um total de R\$ 29.596,00 (vinte e nove mil e quinhentos e noventa e seis reais) e R\$ 50.574,89 inscritos em Restos a Pagar.

**h) Publicidade de Utilidade Pública**

Ação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública		
Área responsável pela ação: Presidência - Assessoria de Comunicação		
Metas Físicas (-/-)	Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
Ação sem metas físicas	LOA + Créd.	Realizado
	10.000	0

A utilização deste crédito é prevista para eventuais comunicações emergenciais ao público, visto que o ITI administra uma plataforma de segurança, conhecida como *Hard Secure Mode (HSM)*, que mantém em funcionamento todo o serviço de certificação digital brasileiro. Em face da necessidade de informar à população e aos segmentos interessados sobre qualquer problema no seu funcionamento, foi necessário planejar um valor mínimo para esses imprevistos.

Outros gastos com Comunicação foram apropriados em rubricas mais adequadas, tais como a execução da Revista Digital, publicação informativa sobre o estado-da-arte da Certificação Digital Brasileira, cuja despesa foi apropriada no Programa de Trabalho de Gestão e Administração, nas ações Produção Jornalística e Serviços Gráficos e Editoriais.

No período não houve situações emergenciais que justificassem o uso de tais recursos.

Demais Ações:**a) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Ação: 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais		
Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (-/-)	Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
Ação sem metas físicas	LOA + Créd.	Realizado
	20.373	13.982

A ação tem por finalidade assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Foi projetado um acréscimo na previsão financeira, para possíveis aumentos no quadro de servidores requisitados para o ITI, além de reajustamento dos valores comissionados.

A execução financeira atingiu o percentual de 68,63%.

**b) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos**

Ação: 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos			
Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração			
Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado
13	0	1.846	0

Esta ação tem por finalidade proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental. Como o ITI não dispõe de quadro próprio, a maioria dos servidores requisitados realiza o exame periódico no órgão de origem, razão pela qual recurso não foi utilizado.

c) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Ação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração			
Metas Físicas (pessoa beneficiada/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado
6	6	7.160	6.804

A ação tem por finalidade proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

As execuções física e financeira desta ação atingiram os percentuais de 100% e 95,03%, respectivamente, ficando dentro dos patamares esperados.

d) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Ação: 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			
Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração			
Metas Físicas (criança de 0 a 6 anos atendida/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado
1	0	1.140	0

A ação tem por finalidade oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10.11.1993.

Não há previsão de concessão do benefício no quadro atual de servidores.

**e) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**

Ação: 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados			
Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração			
Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado
3	3	3.756	1.906

A ação tem por finalidade o custeio parcial das despesas realizadas com transporte para deslocamento de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa de servidores e empregados.

As execuções física e financeira desta ação atingiram os percentuais de 100% e 50,75%, respectivamente, ficando dentro dos patamares esperados.

f) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Ação: 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração			
Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado
19	18	69.312	51.062

A ação tem por finalidade conceder auxílio alimentação a servidores e empregados.

As execuções física e financeira desta ação atingiram os percentuais de 94,74% e 73,67% respectivamente, ficando dentro dos patamares esperados.

g) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Ação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração			
Metas Físicas (servidor capacitado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
LOA + Créd.	Realizado	LOA + Créd.	Realizado
12	6	30.000	13.875

A ação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

A meta de treinamentos foi reduzida em função da prorrogação de alguns cursos previstos para o primeiro semestre e adiados para o segundo semestre, período em que o Órgão foi deslocado para uma nova sede, exigindo a colaboração de toda a equipe para as providências de praxe.

A execução física alcançou o percentual de 50,00%, enquanto a execução financeira atingiu 46,25%.



h) Gestão e Administração do Programa

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa		
Área responsável pela ação: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (-/-)	Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Ação sem meta física	LOA + Créd.	Realizado
	12.202.194	10.448.587

A execução financeira da ação alcançou o percentual de 85,63% e, se considerados os valores empenhados, o percentual é de 96,84%. Foram inscritos em Restos Pagar o valor de R\$ 1.398.135,59.

O grande destaque ficou por conta da alocação do Instituto em uma nova sede, o que exigiu esforços adicionais para a adequação da infraestrutura física, lógica e de equipamentos para o novo espaço, que envolveram, dentre outras providências:

- aquisição de 1 (hum) storage (7.2. TBytes),
- aquisição de balanceador de carga de Link's Internet (c/redundância),
- aquisição de 3 (três) servidores,
- instalação de sistemas de segurança e monitoramento, com 11 câmeras,
- instalação de infraestrutura de rede de fibra ótica (última milha – Infovia),
- instalação de infraestrutura de cabeamento estruturado e piso elevado e
- contratação de solução de rede sem fio (wireless).

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade	
Código SIAFI	Nome
243001	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Gestões relacionadas à Unidade	
Código SIAFI	Nome
24208	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
243001	24208

2.4.2 Programação de Despesas Correntes



QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	3.714.367	3.331.110	0	0	13.031.114	13.030.910
	PLOA	3.714.367	3.331.110	0	0	13.031.114	13.030.910
	LOA	3.714.367	3.331.110	0	0	13.031.114	13.030.910
CRÉDITOS	Suplementares	7.000	424.000	0	0	1.872.600	32.972
	Especiais						
		Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Extraordinários						
		Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	1.870.500	0
	Outras Operações	0	0	0	0	0	0
	Total	3.721.367	3.755.110	0	0	13.033.214	13.063.882

Fonte: SIAFI 2010 e 2011

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
L	Dotação proposta pela UO						
O		550.000	521.000	0	0	0	0
A							
	PLOA	550.000	521.000	0	0	0	0
	LOA	550.000	521.000	0	0	0	0
C	Suplementares						
R							
É							
D							
I							
T							
O							
S							
	Especiais						
		Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Extraordinários						
		Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0



Outras Operações	0	0	0	0	0	0
Total	550.000	521.000	0	0	0	0

Fonte: Siafi 2010 e 2011

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor es R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	13.031.114	13.030.910	550.000	521.000	0	0
	PLOA	13.031.114	13.030.910	550.000	521.000	0	0
	LOA	13.031.114	13.030.910	550.000	521.000	0	0
CRÉDITOS	Suplementares	1.872.600	32.972	0	0	0	0
	Especiais						
	Abertos	0	0	0	0	0	0
	Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários						
	Abertos	0	0	0	0	0	0
	Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	1.870.500	0	0	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		13.033.214	13.063.882	550.000	521.000	0	0

Fonte: Siafi 2010 e 2011

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	240101	4917	0	0	248.688
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153163	4917	0	0	787.708
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	154040	4918	0	0	60.000



	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153163	4919	0	0	200.000
	Recebidos					

Fonte: Siafi 2010 e 2011

As movimentações orçamentárias estiveram relacionadas aos seguintes Acordos/Termos de Cooperação:

a) Termo de Cooperação – TC nº 04/2011 entre o ITI e Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCTI, no valor de R\$ 248.688,00 – Complementação do TC 02/2010, tendo em vista que os recursos previstos para 2011 não foram repassados à unidade executora, neste caso a RNP (Rede nacional de Ensino e Pesquisa)

b) Termo de Cooperação entre o ITI e a Universidade Federal de Santa Catarina, Termos 02 e 03/2011, no valor de R\$ 329.600,00 e R\$ 1.098.060,40, respectivamente, com vistas ao aprimoramento de certas funcionalidades do software utilizado em certificação digital e utilização das instalações seguras de contingência, a fim de implantar solução de continuidade de negócios em tecnologia da informação (TI) no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil), provendo os meios necessários à operacionalização da Autoridade Certificadora Raiz (AC – Raiz) e da Entidade de Auditoria do Tempo (EAT), da Rede de Carimbo de Tempo (RCT), da ICP – Brasil, bem como a sua administração, operação e manutenção pela UFSC. Do Termo 02/2011 foi repassado o valor total e do Termo 03/2011 foi repassado o valor de R\$ 458.108,50.

c) Termo de Cooperação – TC nº 01/2011, entre o ITI e a Fundação Universidade de Brasília – FUB, no valor de R\$ 60.000,00, com vistas a consolidar o uso do software livre no setor público, atendendo à continuidade de qualificação do CDTC durante um ano, e permitindo o trabalho compartilhado entre a UNB com outras universidades federais brasileiras. O Termo viabiliza recursos técnicos e humanos necessários para efetiva realização da qualificação dos setores públicos e privado, através do ensino à distância (via internet), incluído o material didático, como apostilas e notas técnicas, será distribuído através do site (download) sob licença GLP.

d) Termo de Cooperação TC nº 03/2010, entre o ITI e a Universidade Federal de Santa Catarina, no valor de R\$ 268.800,00, com vistas à atualização e manutenção do Sistema de Gerenciamento de Certificados (SGC), versão Ywapa e Ywira. O saldo de R\$ 68.800,00 somente foi repassado em 2012.

Como resultado foi implantado o Centro de Contingência da Infraestrutura de Chaves Públicas junto à Universidade Federal de Santa Catarina e entregues novas versões do Sistema de Gerenciamento de Certificados (YWAPA e YWIRA) e versão Beta do Sistema HAW, cumprindo o estabelecido para o exercício.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da Unidade

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação



QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	6.179.100	4.434.171	6.179.100	4.434.171
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	6.179.100	4.434.171	6.179.100	4.434.171
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	3.942.529	6.229.717	3.942.529	6.229.717
Dispensa	3.087.723	5.402.050	3.087.723	5.402.050
Inexigibilidade	854.806	827.667	854.806	827.667
Regime de Execução Especial	6.910	7.424	6.910	7.424
Suprimento de Fundos	6.910	7.424	6.910	7.424
Pagamento de Pessoal	3.570.981	3.880.641	3.570.981	3.880.641
Pagamento em Folha	3.524.675	3.715.621	3.524.675	3.715.621
Diárias	46.306	165.020	46.306	165.020
Outros	283.363	312.741	283.363	312.741

Fonte: Siafi 2010 e 2011

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
3190.11 – Venc. Vant. fixas	1.719.123	1.898.440	1.719.123	1.898.440			1.719.123	1.898.440
3190.96 - Requisitado	1.544.029	1.521.410	1.544.029	1.521.410	210.000	175.000	1.544.029	1.521.410
3191.13 – Patronais - intra	212.372	262.062	212.372	262.062			212.372	262.062
Demais elementos do grupo	49.149	33.708	49.149	33.708			49.149	33.708
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas								



Correntes								
3390.39 – Serv. Terceiros	5.548.403	6.767.671	5.053.057	6.129.632	495.346	638.038	5.053.057	6.129.632
3390.37 – Locação pessoal	3.751.187	2.753.631	3.277.870	2.479.936	473.316	273.695	3.277.870	2.479.936
3390.30 – Mat. consumo	52.052	306.641	48.586	214.559	3.465	92.082	48.586	214.559
Demais elementos do grupo	441.235	649.149	382.534	632.778	58.699	16.366	382.534	632.778

Fonte: Siafi 2010 e 2011

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
4490.52 – Investimento	531.828	509.149	112.192	7.249	419.636	501.900	112.192	7.240
4490.30 - Consumo	0	10.750	0	0	0	10.750	0	0
Demais elementos grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
4 – Investimentos								

Fonte: Siafi 2010 e 2011

O grande destaque em termos de utilização de recursos orçamentários no exercício de 2011 está relacionado à mudança da Sede do Instituto, que exigiu esforços adicionais para adequação da infraestrutura física, lógica e de equipamentos. Em novembro/2011, o Instituto mudou-se para a nova Sede, localizada à SCN, Quadra 02, Bloco E – Brasília – DF.

Por outro lado, o novo espaço veio contribuir para uma maior identidade visual do Órgão, ao tempo que permitiu alocar em um edifício monousuário toda a equipe de trabalho, facilitando a interação das áreas.

Os itens relativos a serviços terceirizados e locação de pessoal apresentam cada vez mais

relevância na execução orçamentária do Instituto. Nesse sentido, cumpre esclarecer que o ITI dispõe da mesma estrutura de cargos autorizada em 2003 e não conta com quadro de pessoal próprio, valendo-se de cessões de outros órgãos e de pessoal terceirizado para apoio básico.

Assim, as despesas que em outro órgãos é considerada obrigatória, no orçamento do ITI seus valores impactam diretamente as despesas discricionárias, limitando a atuação estratégica da Entidade.

A estrutura deficiente também afeta as despesas com serviços de terceiros, pois muito embora seja eficiente o uso de serviços especializados como é o caso do SERPRO e da ACECO, algumas tarefas não podem ser realizadas no âmbito do ITI, por absoluta falta de mão de obra suficiente e capacitada, razão pela qual o Instituto se vale do conhecimento de universitário através de Termos de Cooperação.

Existem demandas reprimidas em termos de investimento em tecnologia, haja a necessidade de implementação do site de contingência para a infraestrutura da Autoridade Certificadora do Tempo e da imprescindível renovação do parque tecnológico.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

Não constam movimentações. Fonte: Siafi 2010 e 2011

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Não constam movimentações. Fonte: Siafi 2010 e 2011

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não constam movimentações. Fonte: Siafi 2010 e 2011

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não constam movimentações. Fonte: Siafi 2010 e 2011

2.4.7 Indicadores Institucionais

O indicador institucional registrado até 2011 levava em consideração o **Número de usuários de Internet no Brasil (pessoas naturais) usuários de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total estimado (IBOPE/Net Ratings) de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais)**.

O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito de usuários da Internet (pessoas naturais), no entanto dificuldades para definir o total de usuários que se valem da certificação digital inviabilizaram a apuração do índice. Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecida pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há normas que obriguem as entidades a



fornecer tais informações. Os indicadores foram revistos para o PPA 2012-2015.

Em que pese a dificuldade na apuração do índice, os avanços da Certificação Digital vêm permeando todos os segmentos da sociedade brasileira, estando presente em transações de comércio eletrônico, governo eletrônico, justiça eletrônica, banco eletrônico, Nota Fiscal Eletrônica - NFe, Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, diversas transações da Receita Federal (e-CAD, e-CPF, e-CNPJ, DIRF, DCTF, etc.), Sistemas de Pagamentos Brasileiro – SPB, aplicações internas nas administrações públicas dos três poderes e das três esferas, como por exemplo, o SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, COMPRASNET, SIDOF – Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior, aplicações de governo eletrônico voltadas ao cidadão como emissão de passaportes, PROUNI, GESP – Sistemas de Gestão Eletrônica de Segurança Privada da Polícia Federal, SABESP, IMESP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Conectividade Social da Caixa Econômica Federal, Projeto MERCOSUL Digital, Empreendedorismo Digital, dentre outros.

Também é fato que o uso do certificado digital assumiu expressiva importância para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados. Os contadores somente poderão acessar determinados sistemas da Receita Federal mediante o uso de certificados digitais. O mesmo ocorre com médicos para acesso a Prontuários Eletrônicos. No caso de advogados, o crescimento é ainda mais notório, tendo em vista a adoção em praticamente todo o Judiciário de processos eletrônicos que permitem o que trâmite jurídico seja feito integralmente por meio virtual. A tendência é de franco crescimento no uso de certificados digitais na Internet, em função de Projetos em andamento: Projeto RIC – Registro de Identidade Civil, que prevê a emissão de novos documentos de identidade civil em âmbito nacional e da modernização do passaporte brasileiro.

O grande destaque no avanço da massificação da certificação digital se dará a partir da implementação do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – PNDProc, para o qual assinado Acordo de Cooperação Técnica entre o ITI e Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do ministério do Planejamento (SLTI/MPOG), que tem como objetivo a modernização e desburocratização da administração pública federal. Registre-se ainda que iniciativa vem sendo debatida em diversos fóruns nacionais e Internacionais, como é o caso Rio+20- Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável.

Fica evidente o crescimento e a massificação da certificação digital, mesmo se considerados apenas o número de certificados digitais emitidos, que até 2008 era da ordem de 630.000 e em 2011 alcançou a marca histórica de 4.280.000 certificados emitidos, apontando um crescimento de 190% em relação a 2010.

Porém, é importante destacar que o número de certificados nem sempre reflete a amplitude do uso da ferramenta, por exemplo, no segmento bancário em média 5(cinco) mil certificados dão suporte a todas as transações interbancárias realizadas através do SPB – Sistema de Pagamento Brasileiro. O mesmo ocorre com a Nota Fiscal Eletrônica, aplicação que inibe a evasão fiscal, com ganhos em termos de redução de custo (papel, tinta, armazenagem,etc), padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança. Dados disponíveis no Portal da Nota Fiscal Eletrônica indicam que até 28.03.2012 o cálculo de NF-e autorizadas alcançava a casa de R\$ 4, 329 bilhões, emitidas por 791,603 mil contribuintes.

Os números demonstram ainda que houve expansão em outras áreas que justificam o aumento nas emissões. Iniciativas como as ações internas dos governos municipais, estaduais e a União, cujo objetivo é dar transparência e combater possíveis fraudes é um aspecto que merece destaque.

Por outro lado, o Instituto vem, cada vez mais, sofrendo os impactos de uma estrutura inadequada frente aos avanços da Certificação Digital. O Instituto, até hoje, conta com mesma estrutura de cargos desde sua criação em 2003, além de não dispor de quadro de pessoal próprio. Todo o corpo funcional é cedido por outros órgãos e as atividades básicas são supridas por terceirizados, o que limita sobremaneira, a atuação estratégica da entidade. Em 2009 foi proposta uma nova estrutura organizacional à Casa Civil da Presidência da República, sem avanços até a presente data.

Em novembro/2011, o Instituto mudou-se para uma nova Sede, localizada à SCN, Quadra 02, Bloco E – Brasília – DF. A mudança exigiu adequação da infraestrutura física, lógica e de equipamentos do novo espaço e consumiu tempo e recursos não previstos na elaboração do orçamento de 2011. Por outro lado, o novo espaço veio contribuir para uma maior identidade visual do Órgão, ao tempo que permitiu alocar em um edifício monousuário toda a equipe de trabalho, facilitando a interação das áreas.

3. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

No decorrer do exercício de 2011 não houve registros nas contas 2.1.2.1.1.11.00, 2.1.2.1.2.11.00 e 2.1.2.1.3.11.00 – Por insuficiência de créditos/recursos.

4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	0	0	0	0
2010	0	0	0	0
2009	12.056	12.056	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	1.719.640	268.482	1.451.158	0
2010	2.339.066	262.272	2.064.988	11.806
2009	1.011.634	230.601	769.662	11.371
Observações:				

Fonte: Siafi 2009 a 2011

4.2 Análise Crítica

Em análise ao quadro anterior, constata-se que não há saldo a pagar dos empenhos inscritos em janeiro/2011. Tendo sido liquidado todos os compromissos assumidos.

Embora figure na coluna “saldo a pagar em 31/12/2011” os valores de R\$ 11.806,00 e R\$ 11.371,00 respectivamente aos anos de 2010 e 2009, os mesmos referem-se a reinscrição de empenhos de



exercícios anteriores. Entretanto, no exercício de 2011 estes empenhos foram anulados, por não existirem despesas pendentes de pagamento.

Após a liquidação das despesas pendentes, procedeu-se o cancelamento dos saldos existentes.

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

O Instituto não possui quadro próprio de pessoal. Os recursos humanos existentes são ocupados por servidores requisitados de outros órgãos da administração federal e estadual, regidos pela lei nº 8.112/90 e CLT, tendo ainda servidores sem vínculo empregatício e aposentados, todos nomeados para cargo ou função de confiança, em consonância com o Decreto nº 5.497 de 21.07.2005. Cabe registrar que a estrutura aprovada para a Autarquia, conforme Decreto nº 5.420/2005, é a seguinte: a saber.

Direção e Assessoramento Superior - DAS	Autorizado	Ocupado	Requisitados	Sem Vínculo
DAS 101.6	01	01	01	00
DAS 101.5	02	02	02	00
DAS 101.4 e 102.4	10	10	08	02
DAS 101.3 e 102.3	14	14	11	03
DAS 102.2	01	01	01	00
DAS 101.1 e 102.1	13	10	08	02
Total	41	38	31	07

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	00	00	00	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	46	36	00	00
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	00	00	00
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	05	05	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	41	31	00	00
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00
3. Total de Servidores (1+2)	46	36	00	00



Fonte: Decreto 5.420/2005

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade

Considerando a inexistência de quadro próprio, não há informações no quadro abaixo

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	00	00	00	00
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	00	00	00
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
1.2.4. Sem vínculo	00	00	00	00
1.2.5. Aposentados	00	00	00	00
2. Funções gratificadas	00	00	00	00
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	00	00	00
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	00	00	00	00

Fonte:

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)			
Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
1. Cargos em comissão	38	41	
1.1. Cargos Natureza Especial	38	41	
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	38	41	
1.2.1. Servidores Requisitados de outros Órgãos	31	34	
1.2.2. Servidores Nomeados - sem vínculo	7	7	
2. Cargos sem comissão	5	5	
2.1. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	5	



Total	43	46	
--------------	----	----	--

Fonte: Decreto nº 5.420/2005 que dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão para o ITI

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade segundo a idade

O Quadro A.5.4 a seguir visa a demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da Unidade. Este Quadro segue estrutura semelhante às dos Quadros A.5.1 e A.5.3, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo a faixa etária. Deve retratar a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência.

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Cargos em comissão					
1.1. Cargos Natureza Especial					
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	3	8	16	9	2
1.2.1. Servidores Requisitados de outros Órgãos	1	6	15	7	2
1.2.2. Servidores Nomeados - sem vínculo	2	2	1	2	0
2. Cargos sem comissão					
2.1. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	0	0	1	0
Total	7	8	16	10	2

Fonte: SIAPE/Cadastro de Pessoal

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade segundo a escolaridade

O Quadro A.5.5 a seguir visa a demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da Unidade. Este Quadro segue estrutura semelhante às dos Quadros A.5.1 e A.5.3, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo o nível de escolaridade. Deve retratar a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência.

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Cargos em comissão	0	0	0	0	5	27	2	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0	5	27	2	2	2
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0	5	27	2	2	2
1.2.1. Servidores Requisitados de outros Órgãos	0	0	0	0	3	23	2	1	2
1.2.2. Servidores Nomeados - sem vínculo	0	0	0	0	2	4	0	1	0
2. Cargos sem comissão	0	0	0	0	0	5	0	0	0
2.1. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0	0	5	0	0	0
Total	0	0	0	0	5	32	2	2	2

Fonte: SIAPE/Cadastro de Pessoal



5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Como o Instituto não possui quadro próprio de pessoal, também não conta com servidores inativos e pensionistas.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	15	13	9	8	84.061
1.1 Área Fim	4	3	3	2	18.563
1.2 Área Meio	11	10	6	6	65.498
2. Nível Médio	1	1	1	1	3.732
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	1	1	1	1	3.732
3. Total (1+2)	16	14	10	9	87.793

Fonte: SIAPE/Cadastro de Pessoal

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da Unidade

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis		Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Servidores Requisitados sem Ônus e sem vínculo com o ITI, ocupantes de DAS						
Exercí- os	2011	1.719.124	216.277	45.245	0	1.980.646
	2010	1.898.440	266.292	29.479	0	2.194.211
	2009	1.879.629	37.904	23.663	312	18.996
Servidores Requisitados com Ônus para o ITI						
Exercí- os	2011	1.544.030	0	0	0	1.544.030
	2010	1.521.410	0	0	0	1.521.410
	2009	1.373.211	0	0	0	1.544.030

Fonte: SIAFI 2009 a 2011

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão



Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade 31/12/2011	Quantidade 31/12/2010	Quantidade 31/12/2009	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
Auxiliar Administrativo Nível 1	11	12	12	0	1
Auxiliar Administrativo Nível 2	18	16	19	2	0
Auxiliar Administrativo Nível 3	20	15	13	5	0
Recepcionista	6	6	6	0	0
Aux. Operacional – Nível 1	1	1	1	0	0
Vigilante	20	20	20	0	0
Motorista	4	4	5	0	0
Copeira e Garçon	4	4	4	0	0
Limpeza	8	6	6	2	0
TOTAL					

Análise crítica da situação da terceirização no Órgão

O Instituto não dispõe de quadro próprio de pessoal, tendo simplesmente servidores ocupantes de cargo em comissão, e para realizar atividades meio da administração, e de natureza auxiliar e operacional, cujas funções não conflitam com o plano de carreira do serviço público, vale-se da contratação, por meio de pregão eletrônico, de pessoal terceirizados com disposição incursa no Decreto nº 2.271/97

Fonte: Contratos relacionados no item 5.5.4

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Este item não se aplica, visto que o Instituto não possui quadro de pessoal próprio.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI													
UG/Gestão: 243001							CNPJ: 04.039.532/0001-93						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	07/2010	08.925.651/0001-02	19/04/10	11/05/11	6	6	0	0	0	0	E
2011	L	O	12/2011	08.925.651/0001-02	11/05/11	11/05/11	8	8	0	0	0	0	A
2007	V	O	14/2007	04.689.445/0001-81	25/09/07	25/09/07	0	0	24	20	0	0	P
Observações:													



5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI													
UG/Gestão: 243001							CNPJ: 04.039.532/0001-93						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	13	O	02/09	05.496.394/0001-34	20/04/09	11/05/11	0	0	14	14	0	0	E
2009	13	O	03/09	05.496.394/0001-34	20/04/09	11/05/11	0	0	19	19	0	0	E
2009	13	O	04/99	05.496.394/0001-34	20/04/09	11/05/11	0	0	0	0	14	14	E
2011	13	O	09/11	05.496.394/0001-34	11/05/11	Vig.	0	0	15	11	0	0	A
2011	13	O	10/11	05.204.100/0001-53	11/05/11	Vig.	0	0	25	18	0	0	A
2011	13	O	11/11	06.959.859/0001-09	11/05/11	Vig.	0	0	0	0	23	20	A
2010	1	O	07/10	08.925.651/0001-02	19/04/10	11/05/11	6	6	0	0	0	0	E
2011	1	O	12/11	08.925.651/0001-02	11/05/11	Vig.	8	8	0	0	0	0	A
2007	3	O	12/99	04.689.445/0001-81	25/09/07	Vig.	0	0	24	20	0	0	P
2010	4	O	05/10	08.865.102/0001-81	29/03/10	29/03/11	4	4	0	0	0	0	E
2011	4	O	05/11	06.180.406/0001-80	01/04/11	Vig.	4	4					A
2009	6	O	05/09	05.496.394/0001-34	15/04/09	01/06/11	4	4					E
2011	6	O	12/99	05.204.100/0001-53	01/06/11	Vig.	4	4					A
2010	7	O	12/99	03.084.540/0001-99	17/06/10				7				A
2010	8	O	04/10	04.483.307/0001-41	19/02/10	03/03/11							E
2011	8	O	03/11	02.991.285/0001-03	03/03/11								A
2007	9	O	08/07	01.685.903/0001-16	09/07								P
2010	9	O	12/99	71.208.516/0001-74	30/09/10	14/03/12							E
2010	9	O	12/99	33.350.486/0001-29	30/09/10	14/03/12							E
2010	9	O	12/99	76.353.764/0001-43	24/09/10								P
2010	9	O	12/99	71.208.516/0001-74	03/12/10								P
2010	9	O	12/99	76.353.764/0001-43	16/12/10								P
2011	5	O	12/99	09.146.381/0001-96	21/07/11		0	0	9	9	1	1	A

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não há indicadores a serem informados, visto que o Instituto ainda não dispõe de quadro de pessoal próprio.



6. Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de Transferências vigentes no exercício

No exercício de 2011 não constam registros para o item.

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

No exercício de 2011 não constam registros para o item.

7. Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

7.1. Declaração de atualização da dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO			
UG: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		Código da UG: 243001	
<p>Declaramos que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabeleça o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.</p> <p>Declaramos ainda que este Instituto possui 01 (um) convênio (firmado com o CIEE antes da implantação do SICONV) e que o mesmo encontra-se registrado no SIASG.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	15/02/12
Responsável	Nathércia Maria Ribeiro de Almeida	Área	Licitações e Contratos

8. Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	38		38
	Entregaram a DBR	38		38
	Não cumpriram a obrigação	0		0

Fonte: Pastas funcionais

8.2 Análise Crítica

Registra-se que os servidores exonerados no exercício de 2011, por ocasião do desligamento deste Instituto, apresentaram a DBR ou assinaram a autorização de acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda.

9. Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da Unidade

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da Unidade percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela Unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da Unidade é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da Unidade na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da Unidade.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Unidade.				X	



Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da Unidade, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da Unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da Unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da Unidade, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela Unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela Unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela Unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para Unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela Unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à Unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da Unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da Unidade, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da Unidade é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da Unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da Unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					

10. Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A Unidade tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela Unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela Unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela Unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a Unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a Unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					Não se aplica
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na Unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X



12. Nos últimos exercícios, a Unidade promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
13. Nos últimos exercícios, a Unidade promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais:					

11. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU N°108, DE 24/11/2010

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O Instituto não possui Imóvel Próprio, e nem Bens Imóveis de Propriedade da União sob a sua responsabilidade, por não haver disponibilidades, segundo informado pela Secretaria de Patrimônio da União.

QUADRO A.11.2 -DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	DF	1	1
	Brasília	1	1
	UF "n"	0	0
	município 1	0	0
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Fonte: Processos de Locação de imóveis nº 00.100.000.362/2003-23 – 00.100.000.559/2004-43 – 00.100.000.189/2007-97 e 00.100.000.019/2011-99

Análise crítica: O Instituto estava ocupando um conjunto de três salas no edifício Centro Empresarial Varig. Em razão dos reajustes propostos pelos locatários no curso do exercício de 2011, optou por buscar a locação de edificação única para instalação da Sede. Nesta empreitada, firmou contrato de locação de imóvel localizado na área central de Brasília (SCN quadra 02 Bloco E) com área útil de 3.200 m².

12. Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.



12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da Unidade como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a Unidade.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					01/06/19
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da Unidade.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na Unidade segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela Unidade é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria Unidade.					
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para Unidade e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					

13. Parte A, Item 13, do Anexo II da DN TCU N° 108, de 24/11/2010.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E
POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG	15000		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Jorge Luis Rodrigues	076.153.961-15	5.000	0	2.960	2.960
Osmar Pereira Frony Filho	076.728.637-54	5.000	1.844	199	2.043
Roberto Bueno de Assunção	189.296.721-91	5.000	300	1.607	1.907
Total utilizado pela UG			2.144	4.766	6.910

Fonte: Siafi 2011

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) VALORES EM R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	7	2.144	11	4.766	6.910
2010	7	3.033	15	4.390	7.423
2009	12	3.047	6	1.377	4.384

Fonte: Siafi 2009 a 2011

14. Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da Unidade

No decorrer do exercício de 2011 **não houve renúncia tributária** no âmbito deste Instituto.

15. Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010

15.1 Deliberações do TCU

No sentido de atender a recomendação da Secretaria de Controle Interno/PR, por meio do Ofício-Circular nº 005/2010/ASSES-CISET-CC-PR, objeto do Acórdão nº 1074/2009-TCU – Plenário, o Instituto submeteu à apreciação da Casa Civil, em 31 de maio de 2010, proposta de adequação da estrutura da autarquia, onde está prevista a criação de Auditoria Interna. O assunto permanece sob análise daquela esfera, sem decisão até o momento.

QUADRO 15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO



Unidade					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					47388
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	000.828/2011-4	3304/2011-TCU - Plenário			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação					47388
Descrição da Deliberação:					
Monitoramento da implementação do Sistema SICONV - registro de convênios e contratos de gestão no SICONV.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração/ITI					47388
Síntese da providência adotada:					
O único convênio firmado foi com o CIEE, entretanto como a CISET/PR, por meio da Nota Técnica n 44/2011, entendeu que o mesmo não tem característica daqueles elaborados na forma da Portaria Interministerial nº 127/2008, não deverá ser registrado no SICONV, devendo ser rescindido. O que encontra-se em andamento o processo licitatório para formalização de contrato, com disposto na lei nº 11.788/2008 e Lei nº 8.666/93.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

16. Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU N° 108, de 24/11/2010

16.1 Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna

Nada a consignar, todas as recomendações foram atendidas.

17. Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE, AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTARIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA



DECLARAÇÃO PLENA

UG: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Código da UG: 243001

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	01/03/2011
Contador Responsável	José Dornelas Batista	CRC n°	7.089 - DF

Brasília, 30 de março de 2012

Renato da Silveira Martini
Diretor-Presidente